

## Marina Silva cobra explicação do Brasil a respeito do mogno

O Ibama, o Itamaraty e o Ministério do Meio Ambiente devem explicações à sociedade brasileira por terem defendido, em conferência internacional realizada em Harare, no Zimbábue, que o mogno não fosse incluído no Apêndice 2 da Convenção Internacional sobre Espécies em Extinção (Cites). O pedido de esclarecimento foi feito ontem pela senadora Marina Silva (PT-AC), em discurso no plenário.

Ela explicou que a inclusão do mogno no documento não impediria a exploração da madeira, mas estabeleceria a exigência de uma espécie de "certificado ambiental" que, no mercado internacional, funciona como garantia de que a exploração é racional, adequada e não implica risco de extinção.

Para Marina Silva, a posição adotada pelo Brasil na conferência é contrária à própria política do governo em relação ao mogno no país. Em 1996, lembrou, a exploração do mogno e da virola foi proibida por dois anos. "Só posso entender que o Brasil cedeu a uma pressão muito forte daqueles que, na Amazônia, exploram o mogno de maneira ilegal e predatória", observou.

A inclusão do mogno na lista, conforme a senadora, exigia votos favoráveis de 72 países, mas foram obtidos apenas 65, pois, como consequência da articulação político-diplomática coordenada pelo presidente do Ibama, Eduardo Martins, a Associação Madeireira do Pará e o Itamaraty, 45 países votaram contra a providência.



Marina



plenário do Senado, sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães (foto), aprovou ontem a recondução do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. Foi aprovado também requerimento que retira de tramitação a proposta de emenda constitucional instituindo cobrança de mensalidades nas universidades federais. **Página 2**

## Líder do governo confirma convocação do Congresso

*Elcio Alvares informa que entre assuntos em exame estão a reforma previdenciária e a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal*

O líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), informou ontem, em entrevista, que está confirmada a convocação extraordinária do Congresso Nacional para o mês de julho.

Elcio Alvares informou



Elcio Alvares

que, durante a convocação, deverão ser apreciados os seguintes assuntos: reforma previdenciária, lei eleitoral, regulamentação da emenda que quebra o monopólio do petróleo, reforma administrativa, refor-

ma das telecomunicações, prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), vetos presidenciais e medidas provisórias.

Ele afirmou que, para o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, os trabalhos do Legislativo no período serão produtivos.

## Direitos na Previdência devem ser preservados, diz Jucá

O senador Romero Jucá (PFL-RR) afirmou em plenário que lutará na votação da reforma da Previdência para que sejam preservados os direitos adquiridos. "Acho que deveríamos aproveitar a reforma da Previdência para discutir uma aposentadoria mais digna para os brasilei-

ros", opinou.

Com certeza, não é o salário baixo dos aposentados que cria os problemas administrativos e econômicos enfrentados hoje pelo país - disse.

Jucá elogiou uma cartilha que vem sendo distribuída pela



Romero Jucá

Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, que "expõe com propriedade questões sobre a aposentadoria, entre elas a igualdade entre servidores ativos e inativos dos governos estaduais e da União".

# Brindeiro é procurador-geral por mais dois anos

Recondução foi aprovada por 55 votos contra sete e uma abstenção. Também na sessão de ontem, Lobão retirou a PEC das mensalidades nas universidades federais, a pedido da UNE

O plenário do Senado aprovou ontem mensagem do presidente da República reconduzindo Geraldo Brindeiro ao cargo de procurador-geral da República por mais dois anos. Foram 55 votos favoráveis e sete contrários, com uma abstenção.

"Brindeiro fez um excelente trabalho à frente do Ministério Público, não procurando o brilho fácil pela mídia",

afirmou o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ao encaminhar a votação. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, liberou a bancada e disse que Brindeiro "deixou a desejar, no seu primeiro mandato, quanto à independência do Ministério Público".

Na mesma sessão, o plenário aprovou a inclusão de parágrafos ao acordo firmado

entre o Brasil e a Argentina para construção da ponte São Tomé-São Borja, sobre o rio Uruguai. Os novos parágrafos tratam do ingresso e saída de equipamentos na área da obra.

"Essa ponte, reivindicada desde 1930 e agora construída, é da maior importância para a região de São Borja", afirmou o senador Pedro Simon (PMDB-RS), autor do

parecer sobre o assunto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Também foi aprovado requerimento do senador Edson Lobão (PFL-MA), pedindo a retirada definitiva da sua proposta de emenda constitucional que propõe a cobrança de mensalidades nas universidades federais. Lobão alegou pedido da União Nacional dos Estudantes.

## Tebet prioriza cumprimento de conclusões de CPIs

Em projeto de lei apresentado ontem, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) propôs que as conclusões das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) encaminhadas ao Ministério Público, ou a qualquer órgão, tenham prioridade sobre todos os atos judiciais e administrativos, excetuando os habeas corpus e os manda-

dos de segurança.

O projeto prevê ainda que o retardamento injustificado das diligências ou de outras providências necessárias à responsabilização civil ou criminal dos infratores apontados pelas CPIs implicará responsabilidade de quem o causar.

- Objetiva-se contribuir para



Ramez Tebet

a redução da impunidade, pois vislumbramos, com a nossa proposta, a solução para que as conclusões de comissões parlamentares de inquérito não sucumbam diante da morosidade imposta pelos procedimentos ordinários - esclareceu o senador.

Tebet enfatizou que as con-

clusões e as recomendações das CPIs, quando encaminhadas ao Judiciário, sucumbem à lentidão dos processos. É nessa etapa que, segundo o senador, o tempo transforma-se "no advogado de defesa dos que praticam delitos" e instaura-se a impunidade, fonte maior da descrença da sociedade no Legislativo e no Judiciário.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

**10h30** - Recebe o presidente do Conselho Editorial do Jornal do Brasil, José Antônio do Nascimento Brito

**11h30** - Despachos Internos

**15h30** - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

**19h** - Participa da posse do ministro Ilmar Galvão na presidência do Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Praça dos Tribunais Superiores - Bloco "C"

### PLENÁRIO

**14h30** - Sessão Deliberativa do Senado

**Pauta:** Discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 77/97, que autoriza o estado do Rio Grande do Sul a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor de US\$ 100 milhões, destinados ao financiamento de parte do Projeto de Conservação dos Recursos Naturais e Combate à Pobreza e ao Êxodo Rural.

### COMISSÕES

**10h** - Comissão de Assuntos Econômicos

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 212/95 (terminativo)", que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal às pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; "PLS nº 46/96 - Complementar (não terminativo)", que autoriza o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; "PLS nº 30/96 (terminativo)", que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais; "PLS nº 122/96 (terminativo)", que dispõe sobre a compensação do imposto sobre a Propriedade Territorial Rural pago em excesso, com impostos federais; "PLS nº 153/96 (terminativo)", que acrescenta incisos ao art. 19 da Lei nº 8.629/93, que incluem ex-proprietários de áreas alienadas para fins de pagamentos de débitos originados de operações de crédito rural na ordem preferencial de distribuição

de imóveis rurais pela reforma agrária; e "PLS nº 195/96 (terminativo)", que dispõe sobre alterações de alíquotas do imposto de importação; "Mensagem nº 109 (não terminativa)", que submete a apreciação do Senado Federal o contrato celebrado em 10.06.97 entre a Caixa Econômica Federal e o estado do Rio de Janeiro, com garantia da União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; e "Ofício "S" nº 45/97 (não terminativo)", que encaminha ao Senado Federal solicitação do governo do estado de Minas Gerais, para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais - LFTMG, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 2º semestre de 1997. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

**10h30** - Comissão da Reforma Político-Partidária

**Pauta:** Continuação da discussão e votação do Relatório Final da comissão. Itens do relatório que serão abordados: Imunidade parlamentar; inelegibilidade; e financiamento de campanhas. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

Reunião de instalação de comissões mistas, quando serão eleitos os presidentes e vice-presidentes e designados os relatores das seguintes medidas provisórias:

**10h** - MP nº 1540-25/97, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

**11h** - MP nº 1542-22/97, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

**15h** - MP nº 1558-8/97, que altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082/95, dos arts. 34 e 35 e parágrafo 4º do art. 53 da Lei nº 9.293/96, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

**16h** - MP nº 1551-23/97, que altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

# Cabral: CPI é que decide se convoca Maluf

*O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito esclarece que o ex-prefeito de São Paulo "não decidirá ao seu alvedrio" se comparecerá ou não para prestar depoimento*

## Benedita quer CEF na administração de fundo do Banerj

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) anunciou ontem sua intenção de solicitar, em audiência com o ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, que o atual processo de liquidação extrajudicial da caixa de previdência do Banerj seja transformado em intervenção administrada pela Caixa Econômica Federal.



Benedita

Ao mesmo tempo em que o governo leva à frente a privatização do Banerj, o governo estadual "pretende estatizar a caixa de previdência dos funcionários, de olho em seu valioso patrimônio", alertou. Para Benedita, a solução seria "menos traumática", pois o único problema "refere-se aos valores de contribuições devidas pelo banco, não repassadas ao fundo nas épocas devidas".

## Em pauta, empréstimo para o RS

O plenário do Senado discute hoje, em turno único e em regime de urgência, projeto de resolução que autoriza o estado do Rio Grande do Sul a contratar operação de crédito externo junto ao Bird.

O empréstimo, que contará com garantia da União, é de US\$ 100 milhões, e se destina ao financiamento de parte do Projeto de Conservação dos Recursos Naturais e Combate à Pobreza e ao Êxodo Rural.



Kleinübing e Cabral, no depoimento do ex-prefeito Papotto

## Guarulhos só gastou com precatórios, diz ex-prefeito

O ex-prefeito Vicentino Papotto, de Guarulhos, apresentou-se ontem à CPI dos Precatórios para declarar que pagou apenas precatórios com os recursos provenientes da emissão de letras do município, tendo deixado o restante do dinheiro no fundo de liquidez da prefeitura.

Ao final do depoimento do ex-prefeito, o relator da CPI, Roberto Requião (PMDB-PR), afirmou que "Guarulhos não é o grande problema da CPI". Indaga-

do pela senadora Emília Fernandes (PTB-RS), Papotto respondeu que deixou R\$ 5,3 milhões no caixa único da prefeitura, estando incluídos os recursos não utilizados no pagamento de precatórios. Conforme o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), Guarulhos emitiu R\$ 11,1 milhões em títulos, utilizou R\$ 7,1 milhões no pagamento de precatórios, colocou R\$ 0,4 milhão no Banespa e utilizou R\$ 3,6 milhões em outras finalidades.

O presidente da CPI dos Precatórios, Bernardo Cabral (PFL-AM), afirmou ontem que o ex-prefeito Paulo Maluf "não decidirá ao seu alvedrio" se comparecerá ou não à comissão. Conforme Cabral, "a decisão será tomada pelo plenário da CPI, no sentido de convocá-lo ou não".

O senador fez esse esclarecimento depois de ler carta em que o ex-prefeito informa ter recebido o convite da CPI, precisando agora ler o relatório preliminar, preparado pelo relator Roberto Requião (PMDB-PR), e as notas taquigráficas do depoimento prestado pelo prefeito Celso Pitta, que foi seu secretário de Finanças.

Na interpretação de Eduardo Suplicy (PT-SP), a carta do ex-prefeito, apesar de não dizer isso literalmente, dá a entender que ele comparecerá à CPI para prestar esclarecimentos sobre a emissão de títulos do município de São Paulo. Gilberto Miranda (PFL-AM), entretanto, entendeu que, tendo a CPI apenas emitido um convite, o ex-prefeito decidirá se vem ou não. Cabral esclareceu, contudo, que a CPI é que decidirá sobre essa convocação.

### PAULO AFONSO

Na mesma reunião, a CPI decidiu que, se até no próximo dia 25 não houver uma manifestação do governador Paulo Afonso, de Santa Catarina, sobre a data em que comparecerá à comissão, os senadores deliberarão sobre sua convocação. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) argumentou que o governador só deveria comparecer obedecendo-se a ordem cronológica em que foram emitidos títulos entre 1995 e 1996. Requião, contudo, interpretou isso como "uma evasiva" e sugeriu que o caso seja decidido até o dia 25. No dia 1º de julho, será ouvido o depoimento do governador de Pernambuco, Miguel Arraes.

## Plenário pode votar hoje rolagem da dívida do Rio

O acordo de renegociação da dívida do estado do Rio de Janeiro poderá ser apreciado na tarde de hoje pelo plenário do Senado, conforme requerimento de iniciativa do senador Artur da Távola (PSDB-RJ) aprovado ontem. A matéria é relacionada à questão do Banerj e será submetida, pela manhã, à deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos.

No requerimento, lido em plenário, o senador Artur da Távola afirmou que o assunto "é do mais elevado interesse

para o estado do Rio de Janeiro". Segundo Távola, mensagem do presidente da República submetida à deliberação do Senado Federal estabelece



Artur da Távola

que "o contrato celebrado entre a Caixa Econômica Federal e aquele estado, com garantia da União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, tem o objetivo de financiar, a título de ajuste prévio, obrigações decorrentes da liquidação extrajudicial da Previdência".

# Decreto dificulta a reforma agrária, alerta Flaviano Melo

*Exigência de que o imóvel esteja desocupado preocupa senador. No Acre, segundo diz, só há uma área não ocupada por posseiros*

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) alertou ontem que, se o Decreto nº 2.250 não for bem regulamentado, não será possível cumprir as metas de reforma agrária. Segundo ele, o artigo 4º do decreto estabelece que o imóvel rural que venha a ser objeto de espólio não será vistoriado para desapropriação enquanto não acabar a ocupação. Flaviano disse que, no Acre, existe so-



Flaviano Melo

mente uma área sendo desapropriada que não tem posseiros.

- Todas as outras áreas estão ocupadas e, por isso, estariam desimpedidas de desapropriação em função do decreto. Nenhuma propriedade será desapropriada se os proprietários não quiserem, podendo usar esse artigo como justificativa. As condições para a desapropriação devem ser bem explicitadas, senão haverá danos enormes ao Acre e a outros estados - afirmou.

## Requião lembra partido operário no Paraná

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) destacou ontem o manifesto de fundação do Partido Operário de Curitiba, de 1890, redigido pelo seu bisavô, Justiniano de Mello e Silva. Requião mencionou a defesa, no documento, de temas como reforma agrária, mudança do Poder Judiciário e luta dos operários pela representação política.

O manifesto, conforme o senador, conclamava os cidadãos a fazer uma "política do povo pelo povo, até este momento desconhecida pelo Estado". E



Roberto Requião

propunha a união da classe operária com os industriais, comerciantes e produtores agrícolas, "levada pelo sentimento de bem público e contrária à inspiração dos antigos partidos".

Requião citou trechos do

manifesto em defesa da educação pública, da abolição do direito de sucessão na linha colateral e da limitação das quotas hereditárias para as grandes fortunas, além da incorporação, pelo Estado, de propriedades sem herdeiros.

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o manifesto tem de ser levado a conhecimento de institutos históricos, da Fundação Getúlio Vargas, de universidades e de pesquisadores. Eduardo Suplicy (PT-SP) acentuou a afinidade do Partido Operário com o PT.



Jonas Pinheiro

## Jonas condena a isenção de ICMS no MT

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) protestou ontem contra a decisão do governo de Mato Grosso de suspender a isenção de cobrança do ICMS sobre a comercialização interna de insumos agropecuários, a partir de 1º de julho deste ano. A seu ver, essa decisão irá provocar uma elevação nos custos de produção das explorações agrícolas no estado, "no momento em que o setor busca recuperar-se da grave crise por que vem passando".

Jonas Pinheiro manifestou sua preocupação pelo fato de que a comercialização de sementes e demais insumos agropecuários, dentro do estado de Mato Grosso, a partir de 1º de julho, será tributada em 17%, enquanto que os provenientes de outros estados da região Centro-Oeste são tributados em 6%.

## Senador elogia plano de safra

O senador Jonas Pinheiro disse, em outro pronunciamento, que o plano de safra do governo para 1997/1998 evidencia uma política agrícola que dá maior ênfase ao mercado, por um lado, e menor intervenção governamental, com simplificação e desregulamentação de procedimentos de financiamento e comercialização, por outro.

Para Jonas, o plano de safra "sinaliza também que o governo dará prioridade aos pequenos produtores, de modo a permitir a permanência deles no campo e a geração de novos empregos". O montante total de recursos a serem aplicados nos financiamentos agrícolas será de R\$ 12 bilhões.

## Calheiros pede redução de impostos para salvar produtores de leite

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmou que os produtores de leite do Brasil não estão suportando a competição com o produto importado da Argentina e do Uruguai e pediu ao governo federal que reduza os impostos e encargos sobre o leite e seus derivados. Esse é, a seu ver, o caminho para salvar a produção nacional. Ele também pediu o refinanciamento da dívida de R\$ 2,5 milhões dos produtores de lei-



Renan Calheiros

te de Alagoas junto ao Banco do Brasil.

### DUMPING

Os fazendeiros brasileiros, conforme o senador, recebem quase sempre menos que R\$

0,30 por litro de leite, o que é insuficiente para pagar os custos de produção. Já o leite que vem do Mercosul chega às indústrias do Nordeste por apenas R\$ 0,17, "o que representa um verdadeiro dumping que os nossos produtores são incapazes de suportar".

O senador Renan Calheiros disse que a crise do setor já reduziu a produção de Alagoas de 500 mil litros de leite para menos de 200 mil litros diários.

# Alcântara propõe revisão a cada cinco anos

Emenda constitucional permite ao Congresso Nacional, ao presidente da República e às assembleias legislativas pedir o reexame da Constituição, já a partir de 1999

## Estudantes mineiros pedem a ACM por hospital

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na tarde de ontem estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), acompanhados da segunda vice-presidente do Senado, senadora Júnia Marise (PDT-MG), que foram pedir solução imediata para a crise do Hospital das Clínicas.

Antonio Carlos prometeu interceder junto ao presidente da República e ao ministro da Educação pela reabertura do hospital. Fechado há dois meses, com grandes prejuízos para os estudantes que ali faziam residência médica e para a população



Ao lado de Júnia, Antonio Carlos ouviu apelo dos universitários

de Belo Horizonte, o HC mantém somente a emergência aberta, mas precariamente.

Os estudantes alegam que o hospital não recebe repasses de verbas federais há seis meses e

pedem que o MEC cumpra a promessa de lotar no hospital 393 servidores, para preencher cargos deixados vagos em função de aposentadorias e demissões.

## Eduardo Suplicy presenteia FHC com texto de Boff



Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem ter enviado ao presidente Fernando Henrique Cardoso - que

completa 66 anos hoje - um exemplar da revista *Caros amigos*, contendo "uma severa análise" sobre seu governo, feita pelo teólogo Leonardo Boff.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) cumprimentou Fernando Henrique Cardoso pelo seu aniversário, assinalando que esse é um momento de alegria que o presidente deve aproveitar para fazer uma reflexão sobre seu governo. Ele sugeriu que "um grande presente para o presidente" seria o encontro dele com as lideranças históricas do PSDB, como Pimenta da Veiga, Mário Covas, Euclides Scalco e José Richa.



Ronaldo, ao fundo à esquerda, com os consultores legislativos

## Ronaldo redefine atribuições da Primeira Secretaria

Em continuidade ao trabalho de redimensionamento da secretaria, o primeiro-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), reuniu-se ontem com os consultores legislativos encarregados do levantamento das competências e atribuições dos membros da Comissão Diretora. O senador entende que a Primeira Secretaria deve ocupar-se principalmente da supervisão e fiscalização dos atos administrativos da Casa.

Na reunião foi discutida a elaboração de ato da Comissão Di-

retora consolidando novas atribuições, adotando, inclusive, a redistribuição de funções administrativas atualmente a cargo da Primeira Secretaria.

Ronaldo disse que a medida dará maior qualidade aos serviços do Senado "não só em razão de uma repartição mais equânime dos encargos, com a conseqüente aceleração do processo de tomada de decisões, como também pela facilidade de localização de atribuições e competências das autoridades da Casa".

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou proposta de emenda constitucional permitindo



Alcântara

ao Congresso rever a Constituição a cada cinco anos, a partir de 1999. Conforme a proposição, a revisão poderá ser de iniciativa de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; do presidente da República; ou ainda da metade mais uma das assembleias legislativas, manifestando-se cada uma delas pela maioria absoluta dos seus membros.

Pela proposta, as alterações à Constituição federal serão discutidas e votadas em cada Casa do Congresso, em dois turnos, considerando-se aprovadas as que obtiverem, em ambas, a maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

## Tuma desmente candidatura a vice de Maluf

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) desmentiu ontem pedido do presidente Fernando Henrique



Tuma

Cardoso para que seja candidato a vice-governador de São Paulo na chapa de Paulo Maluf.

- Quero deixar claro ao meu partido, ao jornal e, principalmente, ao presidente, a quem admiro e apóio, que ele não comentou nada a respeito de candidatura alguma - esclareceu.

# CAS admite indenização a companheira

*Parecer favorável da senadora Benedita da Silva assegura pagamento de benefício previdenciário na hipótese de óbito ocorrido por acidente de trabalho ou de transporte*

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer favorável da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) a projeto de lei da Câmara que, na hipótese de óbito ocorrido por acidente de trabalho ou de transporte, assegura ao companheiro ou companheira do falecido o direito à indenização previdenciária.

A relatora lembrou em seu parecer que, em 1951, quando ainda não havia receptividade social às relações concubinárias, o Supremo Tribunal Federal editou súmula na qual previa benefício semelhante ao estabelecido pelo projeto.

Atendendo a requerimento do senador Bello Parga (PFL-MA), a matéria será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Com uma emenda do relator, a CAS aprovou parecer favorável do senador João França (PMDB-RR) a projeto oriundo da Câmara que obriga os profissionais da área de proteção pessoal, vigilância patrimonial e transporte de valores, quando no desempenho de suas funções, ao uso de



A Comissão de Assuntos Sociais reuniu-se sob a presidência de Ademir Andrade

colete à prova de bala. A empresa ou o empregador do profissional ficará incumbido de fornecer o colete protetor.

De acordo com a proposição, o Executivo terá um prazo de 90 dias para regulamentar a lei e tornar obrigatório o exame para controle das características técnicas e do desempenho do equipamento de segurança.

## INVALIDEZ

Em caráter terminativo, a Comissão de Assuntos Sociais

aprovou projeto do senador Joel de Hollanda (PFL-PE) que inclui "os transtornos dos discos vertebrais recidivantes entre as doenças e condições que dão direito à aposentadoria por invalidez". O autor destaca que, além de dor intensa, a moléstia costuma provocar restrições de postura.

Ao relatar a matéria, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) acrescentou-lhe emenda definindo que somente terá di-

reito à aposentadoria o indivíduo acometido por quadro grave dessa doença, que não tenha conseguido superar o problema após se submeter "às mais eficazes terapêuticas".

A CAS também aprovou parecer favorável do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) a projeto do Executivo que acolhe o Acordo de Seguridade Social celebrado entre o Brasil e a Itália.

## Dutra apresenta projeto para recuperar salário mínimo

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou ontem projeto de lei que dispõe sobre a política nacional de recuperação do salário mínimo. O senador propõe que o salário, atualmente de R\$ 120, passe para R\$ 200 a partir de 1º de maio de 1998.

Em sua justificativa, o senador afirma que o valor atual do salário mínimo é absolutamente incapaz de satisfazer as necessidades mínimas de qualquer cidadão brasileiro, que não conta com proteção concreta para a manutenção de seu poder aquisitivo, tal como requer a



José Eduardo Dutra

Constituição.

José Eduardo Dutra disse que sua proposta tem o objetivo de elevar o valor do salário

mínimo, gradualmente, ao montante pago em 1940, que seria equivalente a R\$ 716,40. Para isso propõe um reajuste de 6,58% para o salário mínimo, a cada trimestre, durante um período de cinco anos.

Em apêndice, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) declarou que o projeto de Eduardo Dutra mostra ao Poder Executivo que é preciso implementar uma política social no sentido de proporcionar melhores condições de vida aos trabalhadores.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que houve uma deterioração muito grande do

salário mínimo nas últimas décadas, e a recuperação prometida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso de dobrar o seu valor, ainda está longe de ser alcançada. Ele acha que, além de reajustar gradativamente o valor do salário mínimo, é preciso garantir uma renda mínima às famílias carentes para que elas possam ter o mínimo para sua sobrevivência.

O senador Lauro Campos (PT-DF) informou que também apresentou um projeto sobre a recuperação do salário mínimo e apoiou a proposta de José Eduardo Dutra.

# CCJ aprova ampliação da Justiça

*São 35 novas varas federais, sendo 16 em Minas Gerais, 12 na Bahia, seis em Goiás e uma no Amazonas, de acordo com o projeto que teve parecer favorável de Francelino Pereira*

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei da Câmara que cria, com os respectivos cargos de juiz federal e de juiz federal substituto, 35 varas na Justiça Federal de Primeiro Grau da 1ª Região - 16 em Minas Gerais, 12 na Bahia, seis em Goiás e uma no Amazonas.

Pelo projeto, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região poderá especializar varas em qualquer matéria, estabelecendo a respectiva localização, competência e jurisdição. Também poderá transferir sede de varas de um município para o outro, "verificados, em ambos os casos, os aspectos da conveniência e da necessidade de agilização da prestação jurisdicional".

O relator da matéria, senador Francelino Pereira (PFL-MG), afirma em seu parecer que o projeto é oportuno porque as varas da Justiça Federal na 1ª Região "estão literalmente entulhadas de processos à espera de julgamento". Ele entende que a criação de 35 varas não resolverá o problema definitivamente, mas irá minorar as dificuldades.

Entre os benefícios que advirão da medida, Francelino Pereira destaca o aumento da produtividade das seções judiciárias e a interiorização da Justiça Federal, já que as novas varas não ficarão localizadas apenas nas capitais dos estados. A matéria será apreciada, agora, pelo plenário.

O parecer foi lido na CCJ pelo senador Edison Lobão (PFL-MA). Discutiram a matéria os senadores Jefferson Peres (PSDB-AM), Romeu Tuma (PFL-SP) e José Fogaça (PMDB-RS).



O senador Bernardo Cabral (C) presidiu a reunião de ontem da Comissão de Justiça do Senado

## Ex-deputado pode ter bens restituídos

Parecer favorável a projeto do Executivo que autoriza o presidente da República a proceder à restituição de bens confiscados ao ex-deputado Osmar Dutra, cassado pelo regime militar, foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo

Cabral (PFL-AM).

O relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), argumentou que o confisco do qual foi vítima o deputado deu-se por decreto "num processo administrativo sumário e arbitrário", sem que houvesse processo criminal e sem que Osmar Dutra fosse devedor do Tesouro Na-

cional.

De acordo com a proposição, a restituição a ser efetivada não implica obrigatoriedade da União de indenizar o ex-deputado por prejuízos efetivos ou lucros cessantes, ressalvados os casos de venda ou deterioração do bem. A matéria vai ainda à apreciação do plenário.

## Senadores acolhem indicação para o STM

Por unanimidade, o nome do tenente-brigadeiro-do-ar João Felipe Sampaio Lacerda Júnior foi aprovado para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), na reunião de ontem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. A indicação será submetida agora ao plenário do Senado.

O relator da mensagem presidencial, senador Edison Lobão (PFL-MA), destacou o currículo de João Felipe Sampaio Lacerda Júnior, lembrando que o militar da Aeronáutica, além de possuir mais de 7.500 horas de voo e de ter participado de missões no exterior, já recebeu inúmeras condecorações. "preenchendo, portanto, os requisitos profissionais e

constitucionais para o exercício do cargo".

João Felipe foi sabatinado em audiência pública pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Josaphat Marinho (PFL-BA) e José Fogaça (PMDB-RS), que elogiaram a indicação. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), vice-presidente da CCJ, presidiu a votação.

# Patrocínio elogia retomada do Proálcool pelo governo

*Energia gerada a partir do bagaço da cana pode alcançar 7,5% do consumo nacional, se metade das usinas aderir ao projeto oficial*

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apoiou a decisão do governo de revitalizar o Proálcool. Na sua opinião, o Brasil deu ao mundo um exemplo positivo, com a criação e o domínio de uma energia não-poluente. "Graças ao álcool, fomos o primeiro país que deixou de empregar o chumbo tetraetila como aditivo ao combustível".

Citando estudo da Copersucar, ele revelou que, "se metade das usinas de álcool do país aderir ao projeto do go-



Carlos Patrocínio

verno, suprirão um consumo de 15 bilhões de quilowatts-hora, 7,5% do total consumido no Brasil".

Segundo Patrocínio, o emprego da tecnologia do álcool vem atraindo a atenção de em-

presários estrangeiros, ensejando parcerias que poderão triplicar a produção de energia a partir do bagaço da cana.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) afirmou que o governo quer recuperar o tempo perdido no setor de energia, que ameaça o crescimento industrial do país. O senador Edison Lobão (PFL-MA) foi além:

- Se aproveitarmos todo o bagaço de cana, geraremos cerca de 10% do total da energia das hidrelétricas - destacou.

## Emília acha que anúncio de carro deve conter mensagem educativa

Toda peça publicitária destinada à divulgação de produtos da indústria automobilística incluirá, obrigatoriamente, mensagem educativa de trânsito, caso seja aprovado projeto apresentado pela senadora Emília Fernandes (PTB-RS).

Ela lembrou que o trânsito brasileiro já é a segunda principal causa de mortes no país e que as campanhas educativas "têm um papel importantíssimo e devem embasar qualquer esforço para reverter esse quadro de consequên-

cias lastimáveis para a sociedade".

Emília sugere que a estratégia para veiculação de mensagens se desdobre em duas vertentes: a que explora a propaganda comercial de produtos da indústria automobilística e a que se utiliza do poder de comunicação de outdoors, localizados às margens das rodovias, cenário de boa parte das tragédias no trânsito.

- As medidas que propomos desencadearão o esperado processo de conscientização da



Emília Fernandes

população sobre a importância do tráfego seguro, sem o qual jamais avançaremos rumo a uma política eficiente de controle dos acidentes de trânsito nas cidades e nas rodovias deste país - afirmou.



Odacir Soares

## Odacir defende ex-seringueiros da 2ª Guerra

Projeto do senador Odacir Soares (PFL-RO) eleva de dois para três salários mínimos a pensão mensal vitalícia para os seringueiros da Amazônia que tenham trabalhado na produção de borracha durante a Segunda Guerra Mundial.

Odacir destacou a contribuição desses trabalhadores, conhecidos como "soldados da borracha", que atenderam às necessidades especiais daquele período, nas mais difíceis condições de trabalho.

Segundo o senador, os sobreviventes desse contingente de seringueiros vivem hoje sérias dificuldades, em razão da idade avançada e dos problemas de saúde. Para ele, o aumento da pensão atenuará as duras condições de subsistência desses ex-seringueiros e seus dependentes diretos.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, RONALDO CUNHA LIMA, FLAVIANO MELO, JÚNIA MARISE, ROMEU TUMA, RENAN CALHEIROS, JONAS PINHEIRO E JOSÉ SERRA

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo  
**2º Vice-Presidente:** Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima  
**2º Secretário:** Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo  
**4º Secretário:** Lucídio Portella  
**Suplentes de Secretário:** Emília Fernandes - Lúdio Coelho -  
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

### Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)  
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

**Diretor da Secretaria de Comunicação Social** - Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Divulgação e Integração** - Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado** - Flávio de Mattos  
**Diretor da Agência Senado** - José do Carmo Andrade  
**Editores** - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
**Diagramação** - Sergio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda  
**Fotos** - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy  
**Revisão** - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro  
 Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.